

Sumário

Nota do autor à 2ª edição.....	9
Introdução.....	17
1. Visão geral da justiça criminal negocial: premissas para o enfrentamento do tema.....	21
1.1. Mecanismos negociais no processo penal contemporâneo: contornos atuais e propostas futuras.....	21
1.1.1. Conceitos preliminares: justiça criminal negocial, oportunidade, barganha, acordo de não persecução penal e colaboração premiada	21
1.1.2. A justiça criminal negocial no processo penal brasileiro: introdução à situação atual e às propostas de ampliação	25
1.1.3. A normativa internacional como incentivo aos mecanismos de colaboração e de consenso do imputado no processo penal	29
1.2. Críticas à lógica negocial no processo penal: as tensões com o devido processo legal	33
1.2.1. O exemplo da introdução dos mecanismos consensuais na Lei 9.099/1995: evidências empíricas que recomendam cautela.....	43
1.3. Conclusões parciais: a necessidade de limitação aos acordos na justiça criminal.....	45
2. Acordo de não persecução penal: características gerais e natureza jurídica.....	49
2.1. Conceituação do ANPP e suas características fundamentais.....	49
2.2. A natureza jurídica do ANPP: negócio jurídico discricionário ou direito subjetivo do imputado?	52

3.	Regulação na Resolução 181/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público.....	59
3.1.	A criação do mecanismo, o seu regramento original e a modificação pela Resolução 183/2018 do CNMP. Debates sobre a constitucionalidade da normativa.....	59
3.2.	Conflito aparente de normas após a Lei 13.964/19: a Resolução ainda está em vigência? Tabela comparativa.....	65
4.	Cabimento do acordo de não persecução penal.....	71
4.1.	Pressupostos: verificação de cabimento do ANPP.....	72
4.1.1.	Relacionados ao fato e à imputação.....	73
a)	Pena mínima inferior a quatro anos. Consideração de majorantes e minorantes. Concurso de crimes. Crimes hediondos.....	74
b)	Fato cometido sem violência ou grave ameaça. Somente à pessoa? Cabimento em crimes culposos?.....	82
c)	Não se tratar de violência doméstica ou familiar ou por razões da condição do sexo feminino.....	84
d)	Não ser cabível transação penal.....	86
4.1.2.	Relacionados à pessoa investigada.....	88
a)	Inexistir reincidência, habitualidade, reiteração ou profissionalismo.....	88
b)	Imputado não beneficiado, nos cinco anos anteriores à infração, por outro ANPP, transação penal e suspensão condicional do processo.....	94
4.1.3.	Relacionados à política criminal e à justa causa.....	96
a)	Necessidade e suficiência para reprovação e prevenção. Critério de política criminal ao Ministério Público.....	97
b)	Não for caso de arquivamento. Justa causa e condições da ação. Viabilidade da pretensão acusatória.....	101
4.1.4.	Confissão formal e circunstancial.....	105
a)	Questões sobre a constitucionalidade do pressuposto.....	113
b)	Compartilhamento, efeitos em outras esferas e utilização em caso de rescisão do acordo.....	116
c)	Confissão como prova contra terceiros e distinções em relação à colaboração premiada.....	121

4.1.5.	Cabimento em hipóteses especiais (Justiça Militar e Eleitoral, ação penal privada, com pessoa jurídica, em competência originária)	124
4.2.	Requisitos de validade	128
4.2.1.	Voluntariedade	129
a)	ANPP com investigado preso.....	131
b)	ANPP com inimputável	133
4.2.2.	Informação	134
a)	Direito de acesso aos autos da investigação	137
b)	Assistência por defesa técnica.....	140
4.2.3.	Adequação/exatidão	146
5.	Objeto do acordo de não persecução penal: fatos abrangidos, condições e renúncias impostas ao imputado.....	147
5.1.	Objeto e delimitação fática	151
5.2.	Condições impostas ao autor do fato	152
5.2.1.	Reparação do dano ou restituição da coisa à vítima.....	157
5.2.2.	Renúncia a bens ou direitos.....	160
5.2.3.	Serviço comunitário ou a entidades públicas	163
5.2.4.	Prestação pecuniária.....	164
5.2.5.	Outras condições indicadas pelo MP	165
5.2.6.	ANPP e justiça restaurativa	170
5.3.	Renúncias impostas ao autor do fato.....	171
5.3.1.	Renúncia ao direito ao silêncio e dever de veracidade	171
5.3.2.	Renúncia ao direito ao recurso e ao <i>habeas corpus</i>	172
5.3.3.	Outras renúncias e suas limitações necessárias: assistência técnica, exclusão de provas ilícitas, juízo natural, motivação, publicidade, acordos em bloco etc.....	176
5.4.	Possibilidade de acordos em conjunto (colaboração premiada, leniência, acordo de não persecução civil)	179
6.	Momento, negociações e formalização	181
6.1.	Proposta do ANPP: legitimados e momento.....	181

6.1.1.	ANPP em audiência de custódia.....	186
6.1.2.	ANPP durante o processo.....	189
6.1.3.	ANPP em fase recursal.....	190
6.1.4.	ANPP em fase de execução penal.....	192
6.2.	Ciência do imputado quanto à possibilidade de acordo.....	192
6.3.	Negociações: sistemática, limitações e controle.....	194
6.4.	Formalização do acordo e seu termo.....	200
6.5.	Retratação da proposta formalizada.....	202
7.	Manifestação do Ministério Público e controle interno (art. 28-A, § 14).....	203
7.1.	A decisão do MP sobre o ANPP: critérios e necessidade de motivação.....	203
7.2.	Comunicação da recusa ao autor do fato e prazo para requerimento de revisão ministerial.....	205
7.3.	Iniciativa e endereçamento do requerimento de revisão ministerial.....	208
7.4.	Admissibilidade e procedimento do controle interno.....	211
7.4.1.	Hipótese de revisão ministerial em relação ao conteúdo do acordo (cláusulas e condições).....	216
8.	Controle judicial e homologação.....	219
8.1.	Audiência para controle do acordo.....	220
8.2.	Decisão homologatória, natureza e efeitos.....	223
8.2.1.	Homologação parcial e anulação de cláusulas.....	225
8.2.2.	Recursos sobre a decisão homologatória.....	227
8.3.	Crítérios e limites ao controle judicial: devolução às partes e não homologação.....	228
8.3.1.	Devolução às partes e ajustes.....	232
8.3.2.	Não homologação do acordo.....	234
8.3.3.	Consequências da não homologação.....	238
8.3.4.	Recursos sobre a não homologação.....	239

9.	Execução e cumprimento	241
9.1.	Competência para execução e fiscalização	241
9.2.	Cumprimento e extinção da punibilidade	243
10.	Descumprimento, rescisão e anulação	249
10.1.	Verificação judicial em contraditório e juízo competente	253
10.2.	Recursos cabíveis e controle da rescisão/anulação	256
10.3.	Utilização da confissão em caso de rescisão/anulação	257
10.4.	Consequências da rescisão/anulação em relação a condições já executadas	258
11.	Efeitos para terceiros	261
11.1.	Valoração da confissão como prova contra terceiros	262
11.2.	Direito ao confronto e depoimento do imputado contra terceiros	264
11.3.	Impugnação de terceiros em relação ao acordo	266
11.4.	Participação da vítima	268
12.	Retroatividade e aplicação a processos em curso	271
	Considerações finais	287
	Referências	291